

STJ00115958

ANDRÉ ROSILHO

*Organizador*

DIREITO ADMINISTRATIVO  
E CONTROLE DE CONTAS

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lucia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

<p><b>D596</b></p> <p>2022-3479</p>	<p>Direito Administrativo e Controle de Contas / organizado por André Rosilho. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.</p> <p>385p. ; 14,5cm x 21,5cm</p> <p>Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-491-4</p> <p>1. Direito constitucional. 2. Direito financeiro. 3. Direito administrativo. 4. Controle de contas. 5. Tribunal de contas. 6. Tribunal de Contas da União. 7. Controle público. 8. Órgãos de controle. 9. Contratações públicas. 10. Processo administrativo. I. Rosilho, André. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 341.3 CDU 342.9</p>
-------------------------------------	---

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ROSILHO, André. (org.). *Direito Administrativo e Controle de Contas*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 385p. ISBN 978-65-5518-491-4.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	27
-------------------	----

## PARTE 1

## CONTROLE PÚBLICO E SEUS LIMITES

A MEDIDA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É MUITO OU POUCO  
CONTROLADA?

<b>Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	31
---	----

O DIREITO TAMBÉM TEM DE VALER PARA O TCU – ESTÁ  
HAVENDO UMA INVERSÃO DE PAPÉIS?

<b>André Rosilho</b> .....	33
----------------------------	----

CONTROLADOR BEM INTENCIONADO PODE DESTRUIR O  
CONTROLE – CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DE SP DESCOBRE  
QUE INCENTIVOS ERRADOS ESTÃO GERANDO ABUSOS E  
DESPERDÍCIOS

<b>Carlos Ari Sundfeld</b> .....	35
----------------------------------	----

OS ÓRGÃOS CRIMINAIS NÃO ENTENDEM DE GESTÃO  
PÚBLICA – AUTORIDADES ESTÃO IMPROVISANDO DE MAIS,  
LEVANTANDO SUSPEITAS GRAVES CONTRA GESTORES  
PÚBLICOS

<b>Carlos Ari Sundfeld</b> .....	37
----------------------------------	----

QUEM CONTROLA OS TRIBUNAIS DE CONTAS? – FAZ  
SENTIDO ATRIBUIR ESSA COMPETÊNCIA AO CNJ

<b>André Rosilho</b> .....	39
----------------------------	----

QUAIS SÃO OS DESAFIOS DO SISTEMA BRASILEIRO DE  
CONTROLE? – LEGISLAÇÃO NÃO SE PREOCUPOU EM DAR  
EQUILÍBRIO E EFICIÊNCIA À REDE DE CONTROLES

**Juliana Bonacorsi de Palma**.....41

NÃO EXISTE PROCESSO GRÁTIS – ÓRGÃOS JUDICIAIS E DE  
CONTROLE TÊM DE IMPEDIR O INÍCIO DE PROCESSOS SEM  
FILTRO

**Carlos Ari Sundfeld**.....43

O CONTROLE COMO BUROCRACIA – PESQUISA MOSTRA  
AS DIFICULDADES DE O TCU EVITAR OS RISCOS DA  
BUROCRATIZAÇÃO

**Carlos Ari Sundfeld**.....45

TCU E A REMUNERAÇÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS –  
AUDITORIA É POSITIVA, MAS DETERMINAÇÕES PODEM  
GERAR INSEGURANÇA JURÍDICA

**André Rosilho**.....47

A EXPANSÃO DO TCU PARA DENTRO DE ENTIDADES  
CONTROLADAS – FENÔMENO É MAIS UM SINAL DE  
DESEQUILÍBRIO INSTITUCIONAL EM FAVOR DO CONTROLE

**Eduardo Jordão**.....49

O IMPACTO DO TCU SOBRE INOVAÇÕES: A TERCEIRIZAÇÃO É  
ABOLA DA VEZ? – ÓRGÃO DE CONTROLE COSTUMA DEIXAR  
SUA MARCA EM INOVAÇÕES DO SETOR PÚBLICO

**André de Castro O. P. Braga** .....51

DETERMINAÇÕES DO TCU EM FISCALIZAÇÃO  
OPERACIONAL? – ‘MANUAL DE AUDITORIA OPERACIONAL’  
EM CONSULTA PÚBLICA TEM PROPOSTA CONTROVERSA

**Conrado Tristão**.....53

O TCU E A BUSCA PELA CAUSALIDADE PERDIDA – TRIBUNAL  
DEVERIA CRIAR INSTRUMENTO PARA AVALIAR O IMPACTO  
DE INOVAÇÕES NO SETOR PÚBLICO

**André de Castro O. P. Braga**.....55

O TCU E O RISCO DA 'AUTOIDEALIZAÇÃO' – AO MIRAR FRAGILIDADES DAS AGÊNCIAS, O TCU ESTÁ ATENTO ÀS SUAS PRÓPRIAS?

**Eduardo Jordão, Gustavo Leonardo Maia Pereira** .....57

TCU: 'REGULADOR NACIONAL' DOS TRIBUNAIS DE CONTAS? – PROPOSTAS LEGISLATIVAS PODEM COLOCAR A EFICÁCIA DO CONTROLE EM RISCO

**André Rosilho** .....61

Referências .....63

O VIÉS PRÓ-CONTROLE E SUAS DISTRORÇÕES INTERPRETATIVAS – É EQUIVOCADO SUPOR UMA ORIENTAÇÃO GERAL DO DIREITO PARA FAVORECER O CONTROLADOR, EM DETRIMENTO DO GESTOR PÚBLICO

**Eduardo Jordão** .....65

QUEM REFORMARÁ O TCU? PROVAVELMENTE NÃO SERÁ O JUDICIÁRIO – STF POSSUI INSTRUMENTOS PARA MITIGAR RISCO DE EXTRAPOLAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PELO TCU. MAS HÁ MOTIVOS PARA SER CÉTICO

**André de Castro O. P. Braga** .....67

MP DE CONTAS E O CONTROLE DA POLÍTICA – ATIVISMO DO MP DE CONTAS É PREJUDICIAL À BOA GOVERNANÇA PÚBLICA

**André Rosilho** .....69

O TCU VERSUS A MILITARIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS – INVESTIDA DO TRIBUNAL TENDE A GERAR INSEGURANÇA JURÍDICA E BENEFÍCIOS DUVIDOSOS

**André de Castro O. P. Braga** .....71

O TCU E O USO DE PRINCÍPIOS COMO *CONVERSATION STOPPER* – BELOS PRINCÍPIOS NINGUÉM TEM CORAGEM DE REFUTAR

**Gustavo Leonardo Maia Pereira** .....73

Referências .....74

STF E A 'EXTRAPOLAÇÃO QUALIFICADA' DE COMPETÊNCIAS  
NO CONTROLE DE CONTAS – SUPREMO FALHA AO  
CHANCELAR DECISÃO DE CORTE DE CONTAS COM DUPLA  
VIOLAÇÃO DE COMPETÊNCIA

<b>André Rosilho, Eduardo Jordão</b> .....	75
Referências .....	77

O PREÇO DO PROTAGONISMO – SE O TCU É PARTE DA  
DECISÃO ADMINISTRATIVA, FAZ SENTIDO QUE TENHA  
PRAZO PARA DECIDIR?

<b>Vitória Damasceno, Pedro A. Azevedo Lustosa</b> .....	79
Referências .....	81

O CONTROLE PÚBLICO E A REFORMA DO ESTADO – SERÁ  
QUE DEVEMOS PENSAR EM REFORMAR O TCU?

<b>Gustavo Leonardo Maia Pereira</b> .....	83
Referências .....	85

TCU E O APERFEIÇOAMENTO REGULATÓRIO – COMO  
CONTROLAR SEM SE SUBSTITUIR AO REGULADOR?

<b>Daniel Bogéa</b> .....	87
---------------------------	----

TCU AGIGANTADO: UMA ESCOLHA DO NOSSO DIREITO? –  
EXCESSOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SÃO DE SUA  
RESPONSABILIDADE

<b>Eduardo Jordão</b> .....	89
-----------------------------	----

TCU, O CASO MORO E OS CUSTOS DA REDUNDÂNCIA DE  
CONTROLES – EXPANSIONISMO DO CONTROLE DE CONTAS  
PODE SER ANTIECONÔMICO

<b>Conrado Tristão</b> .....	91
------------------------------	----

PARTE 2  
CONTROLE DE CONTAS E OS PODERES

TCU CONTRA ACORDOS EM INFRAESTRUTURA – É ERRADO  
TRATAR TAC DE INVESTIMENTO COMO ACORDO DE  
COLABORAÇÃO?

<b>Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	95
---	----

O CONTROLE IMPEDE A CAPTURA DA GESTÃO PÚBLICA POR NOMEAÇÕES POLÍTICAS? – INVESTIGAÇÕES DE NOMEADOS TÊM GERADO ATENÇÃO E DESCONFIANÇA DOS CONTROLADORES	
<b>Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	97
COMO ARTICULAR OS CONTROLES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA? – RECENTE DECISÃO DO TCU SUSPENDENDO RESOLUÇÃO DA ANTAQ CHAMA ATENÇÃO AO TEMA	
<b>Yasser Gabriel</b> .....	99
QUANTO O TCU CONTROLA AS ATIVIDADES-FIM DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE INFRAESTRUTURA? – PESQUISA DO OBSERVATÓRIO DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (USP) APRESENTA DADOS QUE AJUDAM NESSE DEBATE	
<b>Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	101
O ‘CONFORTO ESPIRITUAL’ DO TCU – POR QUE OS GESTORES PÚBLICOS PROCURAM O TRIBUNAL?	
<b>André de Castro O. P. Braga</b> .....	103
O TCU E A DEFERÊNCIA AO REGULADOR – QUANDO AS APARÊNCIAS ENGANAM: CONCORDAR COM O RESULTADO NÃO É SER DEFERENTE	
<b>Gustavo Leonardo Maia Pereira</b> .....	105
Referências .....	106
QUEM DÁ AS CARTAS NA REGULAÇÃO? – OS RISCOS E BENEFÍCIOS DO PODER DE AGENDA DO TCU	
<b>Daniel Bogéa</b> .....	107
ADMINISTRAÇÃO DIALÓGICA OU AMEDRONTADA? – DIÁLOGO REAL NÃO PARECE COMBINAR COM RISCO DE SANÇÃO	
<b>Eduardo Jordão</b> .....	109

TCU E AS INVESTIGAÇÕES INDEPENDENTES EM ESTATAIS – NÃO VAI TER SIGILO	
<b>André de Castro O. P. Braga</b> .....	111
ESTRATÉGIA DO TCU PARA REGULAR A SAÚDE? – FALTA DE MOTIVAÇÃO FOI PRETEXTO PARA TCU REVISAR DECISÃO DA ANVISA	
<b>Gustavo Leonardo Maia Pereira</b> .....	113
TCU RESPEITA A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA? – DISCURSO E PRÁTICA PARECEM ESTAR EM DESCOMPASSO	
<b>Conrado Tristão</b> .....	115
QUANDO O TCU RESPEITA A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA? – A AUSÊNCIA DE CRITÉRIO CLARO GERA INSEGURANÇA JURÍDICA	
<b>Gabriela Duque</b> .....	117
ORIENTAÇÃO PACÍFICA DO STF E DO STJ VINCULA O TCU? – TCU TEM O ÔNUS DE DIALOGAR COM A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	
<b>Ricardo Alberto Kanayama</b> .....	119
<b>Referências</b> .....	121
TCU PODE COLABORAR PARA A EDIÇÃO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS MAIS REALISTAS – AUDITORIAS PODEM AJUDAR O LEGISLATIVO A PRIORIZAR PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS QUE DÃO CERTO	
<b>André Rosilho</b> .....	123
TCU FISCALIZARÁ O ‘ORÇAMENTO SECRETO’? – TRIBUNAL PODE TER PAPEL CENTRAL NO ACOMPANHAMENTO DAS EMENDAS RP9	
<b>Rodrigo Luís Kanayama</b> .....	125



## PARTE 3

## ALCANCE DA “JURISDIÇÃO DE CONTAS”

O QUE O TCU TEM A DIZER SOBRE ACORDOS ADMINISTRATIVOS? – TRIBUNAL DE CONTAS ACEITA ACORDO ADMINISTRATIVO TROCANDO MULTA POR INVESTIMENTO

**Juliana Bonacorsi de Palma**.....129

ÓRGÃOS DE CONTROLE PODEM AFASTAR LEIS INCONSTITUCIONAIS? – SE A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE É PRIVATIVA DO JUDICIÁRIO, A DEFESA DA ORDEM CONSTITUCIONAL NÃO O É

**Juliana Bonacorsi de Palma**.....131

TRIBUNAIS DE CONTAS TÊM JURISDIÇÃO SOBRE PARTICULARES CONTRATADOS? – PARA O TCU, SIM. MAS O DIREITO COMPARADO SUGERE SE TRATAR DE INTERPRETAÇÃO INUSITADA

**Conrado Tristão** .....133

TCU E A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DE CONTRATADOS – DIREITO COMPARADO EVIDENCIA USO DISTINTO DO INSTITUTO

**Conrado Tristão** .....135

NAS FRONTEIRAS DO CONTROLE: DEVE O TCU ABARCAR O MUNDO COM AS MÃOS? – FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS PELO TCU NÃO É ALGO INÉDITO OU POUCO USUAL

**Daniel Bogéa**.....137

POR QUE O TCU SUSPENDEU A PUBLICIDADE SOBRE O PACOTE ANTICRIME? – O TRIBUNAL FUNCIONOU COMO CENSOR DA PROPAGANDA OFICIAL?

**Gustavo Leonardo Maia Pereira**.....139

TCU: JUSTIÇA ADMINISTRATIVA? – 2019 REVELA QUE TRIBUNAL SE VÊ COMO JUIZ DE OFÍCIO DE QUALQUER INTERESSE PÚBLICO

**André de Castro O. P. Braga, André Rosilho, Conrado Tristão, Daniel Bogéa, Eduardo Jordão, Gustavo Leonardo Maia Pereira, Juliana Bonacorsi de Palma, Yasser Gabriel** .....141

USO ESTRATÉGICO DO CONTROLE? – LEITURA DAS COMPETÊNCIAS DO TCU DEVE SER FEITA A PARTIR DE NORMAS E NÃO DO RESULTADO ESPERADO

**Yasser Gabriel** .....145

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE POR TRIBUNAIS DE CONTAS? – CASO DO ‘BÔNUS DE EFICIÊNCIA’ APONTA IMPASSE ENTRE TCU E STF

**Conrado Tristão** .....147

TCU NÃO É CONSELHO DE ESTADO – NÃO CABE AO TCU ANALISAR DESVIO DE FINALIDADE EM FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**André Rosilho** .....149

OTCU PODE REVER OS VALORES DE ACORDOS CELEBRADOS PELO CADE? – QUESTIONAR AS CONTRIBUIÇÕES PECUNIÁRIAS PODE INVIABILIZAR FUTUROS ACORDOS ADMINISTRATIVOS

**Juliana Bonacorsi de Palma** .....151

TCU NO COMBATE ÀS *FAKE NEWS*? – TRIBUNAL NÃO PODE INVIABILIZAR PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL EM NOVOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

**Mariana Vilella** .....155

TCU TEM JURISDIÇÃO SOBRE A OAB? – STF INOVA AO SUGERIR QUE A AUTONOMIA SEJA LEVADA A SÉRIO

**Conrado Tristão** .....157

TCU E O MITO DA 'JURISDIÇÃO DE CONTAS' – DECISÕES DO TRIBUNAL SERIAM IMUNES A REVISÃO PELO JUDICIÁRIO?

<b>Conrado Tristão</b> .....	161
Referências .....	163

TCU E O ÔNUS DA JABUTICABA – QUAIS OS BENEFÍCIOS DE UM CONTROLE OPERACIONAL INTERVENTIVO?

<b>Conrado Tristão</b> .....	165
------------------------------	-----

UMA NOVA COMPETÊNCIA DO TCU? – PROJETO QUE ALTERA A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EXIGE INTERVENÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NAS SOLUÇÕES CONSENSUAIS

<b>Ricardo Alberto Kanayama</b> .....	167
---------------------------------------	-----

TCU E O CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS – ATÉ ONDE VAI SUA JURISDIÇÃO? CASO DA EDUCAÇÃO SUGERE QUE TCU EXERCE CONTROLE DE CONTAS NACIONAL

<b>Mariana Vilella</b> .....	171
------------------------------	-----

TCU E CRISES NO ENEM – QUAL O PAPEL DO TRIBUNAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO?

<b>Mariana Vilella</b> .....	173
------------------------------	-----

MORO E A INDISPONIBILIDADE DE BENS NO TCU – RIGOR NA APLICAÇÃO DE REGRAS PODE EVITAR A POLITIZAÇÃO DO CONTROLE

<b>André Rosilho</b> .....	175
Referências .....	177

O RISCO DO IMPROVISO – TCU E NOMEAÇÃO DE DIRIGENTES DE AGÊNCIAS REGULADORAS: EM DECISÃO RECENTE, CORTE AFIRMOU SUA COMPETÊNCIA PARA REALIZAR CONTROLE PRÉVIO DE NOMEAÇÕES PARA AGÊNCIAS

<b>André de Castro O. P. Braga</b> .....	179
--	-----

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS NA EDUCAÇÃO – NEM SEMPRE SOLUÇÃO É AMPLIAR CONTROLE: PARA MELHORAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS, É PRECISO OUVIR OS GESTORES PÚBLICOS

**Mariana Vilella**.....181

#### PARTE 4

### CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
NA LEI DAS ESTATAIS – CONSTITUIÇÃO NÃO TRANSFORMOU OS TRIBUNAIS DE CONTAS EM REVISORES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**André Rosilho**.....185

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR PODEM DISPUTAR LICITAÇÕES? – O TCU TRATA OSs e OSCIPs DE MODO DIFERENTE?

**Yasser Gabriel** .....189

COMPLIANCE EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – QUAL CAMINHO O TCU ESCOLHERÁ? TRIBUNAL TEM ÓTIMA OPORTUNIDADE PARA APOIAR INICIATIVA INOVADORA

**André de Castro O. P. Braga**.....191

TCU E O SOBREPREGO EM CONTRATOS PÚBLICOS – AFIRMAR QUE PREÇO NÃO É O ‘JUSTO’ É ARGUMENTO INSUFICIENTE PARA CONDENAR

**André Rosilho**.....193

TCU E A ‘CULTURA DO REGISTRO PRÉVIO’ – DIREITO COMPARADO MOSTRA QUE PROBLEMAS NÃO SÃO EXCLUSIVOS DO BRASIL

**Conrado Tristão** .....195

QUANDO TCU E REGULADOR DIVERGEM – CASO DOS BENS REVERSÍVEIS: A QUEM COMPETE DEFINIR O CONCEITO DE BENS REVERSÍVEIS NO SETOR DE TELECOM?

**Daniel Bogéa**.....197

**PRORROGAÇÃO ANTECIPADA DA MALHA PAULISTA NO TCU –  
O PRINCÍPIO DA LICITAÇÃO: ENTRE DOGMA E REALIDADE**

**Daniel Bogéa, Vitória Damasceno** .....199

**TERCEIRO SETOR PODE PARTICIPAR DE LICITAÇÕES? – TCU  
ENTENDEU QUE SIM, MAS IMPÔS RESTRIÇÕES**

**Mariana Vilella** .....201

**PRIVATIZAÇÕES E O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO –  
QUANDO AS AUTORIDADES DE CONTROLE APLICAM REGRAS  
EM VEZ DE PRINCÍPIOS VAGOS, A SEGURANÇA JURÍDICA  
PREVALECE**

**André Rosilho** .....203

**TCU E O CASO DAS GOLDEN SHARES – RESPOSTA CONSULTA  
TROUXE SEGURANÇA JURÍDICA ÀS DESESTATIZAÇÕES?**

**Daniel Bogéa** .....205

**O TCU COMO FIADOR DE REEQUILÍBRIOS? – FÓRMULAS  
INOVADORAS DE CONTROLE PRÉVIO REFORÇAM  
TENDÊNCIAS ANTERIORES À PANDEMIA**

**Daniel Bogéa** .....207

**TCU E A CONFIABILIDADE DO SISTEMA SICRO –  
INCONSISTÊNCIAS CRÔNICAS NO SICRO PODEM ESTIMULAR  
DISTORÇÕES EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

**Gabriela Duque** .....209

**EXISTE ‘SUPERFATURAMENTO’ TOLERÁVEL SEGUNDO O  
TCU? – DECISÕES RECENTES SINALIZAM QUE AINDA NÃO  
HÁ RESPOSTA FIRME PARA A PERGUNTA**

**Gabriela Duque** .....211

**TCU: SOBERANO DA REGULAÇÃO, MAS SEM OS ÔNUS DO  
REGULADOR – PARA AGIR COMO REGULADOR, TRIBUNAL  
DEVERIA MUDAR SUA GOVERNANÇA**

**Gustavo Leonardo Maia Pereira** .....213

UMA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS COM CARIMBO DO TCU – HÁ DADOS QUE DEMONSTREM A VANTAJOSIDADE DAS SOLUÇÕES DO CONTROLE PARA AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS?

**Gabriela Duque**.....215

LICITAÇÃO DO 5G – CRISE DE IDENTIDADE NA ADMINISTRAÇÃO E NO CONTROLE: INTERAÇÃO ENTRE TCU E ANATEL ILUSTRA GOVERNANÇA PÚBLICA DISFUNCIONAL E INCONSTITUCIONAL

**André Rosilho**.....217

A QUEM CABE DIZER O QUE É O INTERESSE PÚBLICO? – CONTROLE PRÉVIO INCONSTITUCIONAL APOIADO EM CONCEITOS INDETERMINADOS ABRE MARGEM PARA ARBÍTRIO

**André Rosilho, Yasser Gabriel** .....221

TCU E A APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – EM DECISÃO, O TCU DECIDIU RELATIVIZAR DISPOSITIVO DA LEI Nº 14.133/2021

**Vitória Damasceno**.....223

RETROSPECTIVA E PERSPECTIVAS NA APLICAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES PELO TCU – JURISPRUDÊNCIA GERA DÚVIDAS SOBRE O VALOR DA LEI NA CORREÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Gabriela Duque**.....227

DE ONDE VEM O ‘PODER’ DO TCU PARA BARRAR DESESTATIZAÇÕES? – SE CONTROLE PRÉVIO É BOM, FALTOU COMBINAR COM O DIREITO

**Daniel Bogéa, André Rosilho, Eduardo Jordão**.....229

NULIDADE DOS CONTRATOS E DESAFIOS DO TCU – ART. 147 DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES PODE ESTIMULAR O TCU A AGIR FORA DE SUAS COMPETÊNCIAS

**Gabriela Duque**.....233

## PARTE 5

## PODER CAUTELAR NO CONTROLE DE CONTAS

POR CAUTELA, O TCU PODE TUDO? – PARA STF, TCU  
INVADIU ESPAÇO DO EXECUTIVO AO SUSTAR PROCESSO DE  
CONCILIAÇÃO

**André Rosilho**.....237

INDISPONIBILIDADE DE BENS  
DE CONTRATADOS PELO TCU – QUAL É O CRITÉRIO? MANEJO  
DA MEDIDA PODE SUSCITAR APLICAÇÃO DO ART. 27 DA  
LINDB

**André Rosilho**.....239

AUTOCONTENÇÃO DO TCU? – PROBLEMAS NA EXECUÇÃO  
DA INDISPONIBILIDADE DE BENS COLOCAM EM XEQUE A  
EFICÁCIA DA CAUTELAR

**André Rosilho**.....241

QUANTO E QUAL PODER DE CAUTELA PARA O TCU? – IDEIA  
DE PODER GERAL DE CAUTELA IMPLÍCITO NÃO CONDIZ COM  
TEXTO CONSTITUCIONAL

**Eduardo Jordão**.....243

TCU ENTRE O DIÁLOGO E O PORRETE: DOIS POLOS DO  
CONTROLE DA REGULAÇÃO – FATO É QUE A CORTE VALE-SE  
DE AMPLO LEQUE DE FERRAMENTAS PARA EXERCER O  
CONTROLE EXTERNO

**Daniel Bogéa**.....245

LIMITES À EFETIVIDADE DE CAUTELARES RESTRITIVAS  
DE BENS NO TCU – APRIMORAMENTO DAS MEDIDAS DE  
URGÊNCIA DEVE OCORRER DENTRO DOS LIMITES LEGAIS

**Vitória Damasceno**.....247

O USO DE CAUTELARES E A ROTA DE AUTOCONTENÇÃO  
DO TCU – O SINUOSO CAMINHO DA MODERAÇÃO DO  
CONTROLE

**Gustavo Leonardo Maia Pereira**.....251

TRIBUNAIS DE CONTAS PODEM SUSTAR CONTRATOS? – NOVA  
LEI DE LICITAÇÕES REFORÇA LÓGICA CONSTITUCIONAL.

**Conrado Tristão**.....253

PARTE 6

RESPONSABILIZAÇÃO E SANÇÕES NO CONTROLE DE CONTAS

MAIS OU MENOS INIDÔNICO? – TCU PARECE ENTENDER  
QUE A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE INDEPENDE DE  
CRITÉRIOS CONSISTENTES DE DOSIMETRIA

**Yasser Gabriel**.....257

QUEM É O ‘ADMINISTRADOR MÉDIO’ DO TCU? – LINDB EXIGE  
QUE CONDUTAS SEJAM AVALIADAS A PARTIR DA REALIDADE

**Juliana Bonacorsi de Palma**.....259

PODE O TCU INABILITAR CONTRATADO A OCUPAR CARGO  
PÚBLICO? – LEI DIZ QUE ESSA SANÇÃO SÓ SE APLICA A  
GESTOR DE RECURSOS PÚBLICOS

**André Rosilho**.....261

QUANTO TEMPO PODE DURAR A INIDONEIDADE  
DECLARADA PELO TCU? – APLICA-SE A LIMITAÇÃO DE CINCO  
ANOS À PENA TOTAL CUMULADA?

**Yasser Gabriel**.....263

O TCU E A RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DE REGULADORES –  
PARA PUNIR, NÃO BASTA A SUPOSIÇÃO DE QUE O  
REGULADOR PODERIA TER SIDO MAIS EFICIENTE

**Gustavo Leonardo Maia Pereira**.....265

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA EM CONSÓRCIO PARA O TCU –  
PARA TCU, ‘DIGA-ME COM QUEM ANDAS, QUE DIREI QUEM  
TU ÉS’ É INSUFICIENTE PARA PUNIR

**Yasser Gabriel**.....267



O NOVO REGIME DE PROTEÇÃO DA IDENTIDADE DO DENUNCIANTE JUNTO AO TCU – EFETIVIDADE DAS DENÚNCIAS DEPENDE DE REGULAMENTAÇÃO <b>Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	269
IMPASSE NA JURISPRUDÊNCIA DO TCU: EFEITOS DA OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS – JULGADOS DIVERGENTES PODEM GERAR INSEGURANÇA JURÍDICA <b>Gilberto Mendes C. Gomes, Pedro A. Azevedo Lustosa</b> .....	271
É ERRO GROSSEIRO DIVERGIR DO TCU? – DIVERGÊNCIA FUNDAMENTADA NÃO ENSEJA RESPONSABILIDADE DO GESTOR <b>Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	273
TCU E A DEVOLUÇÃO DO LUCRO ILEGÍTIMO – TRIBUNAL NÃO PODE APLICAR SANÇÃO DE PERDA DE BENS E VALORES ACRESCIDOS ILICITAMENTE AO PATRIMÔNIO DE PARTICULAR <b>Yasser Gabriel</b> .....	275
O QUE É ERRO GROSSEIRO PARA O TCU? – A SEGURANÇA JURÍDICA É OBRA COLETIVA DE LEGISLADORES E CONTROLADORES <b>Eduardo Jordão, Conrado Tristão</b> .....	277
PARÂMETROS DA LINDB EM MULTAS DO TCU – TRIBUNAL TEM RECORRIDO À LINDB PARA FAZER A DOSIMETRIA NA APLICAÇÃO DE MULTAS <b>Yasser Gabriel</b> .....	279
ERRO GROSSEIRO E TCU: ALGO MUDOU? – EVIDÊNCIAS SUGEREM QUE IMPACTO DA ALTERAÇÃO DA LINDB FOI MODESTO <b>André de Castro O. P. Braga</b> .....	281

COOPERAÇÃO DOS CONTROLES EM ACORDO DE LENIÊNCIA –  
 CONTROLADORES PÚBLICOS SE COMPROMETEM A AGIR COM  
 HARMONIA EM ACORDOS DE LENIÊNCIA

**Yasser Gabriel** .....283

IMPROBIDADE NO TCU:  
 SERÁ QUE A MODA PEGA? – RECENTES DECISÕES DO TCU  
 SOBRE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA TRAZEM SURPRESA E  
 PREOCUPAÇÕES

**Ricardo Alberto Kanayama** .....285

É CONSTITUCIONAL A INIDONEIDADE DECLARADA PELO  
 TCU? – STF TERIA DITO QUE SIM. DISSE MESMO?

**André Rosilho, Yasser Gabriel** .....287

A NECESSÁRIA “DETRAÇÃO” NA APLICAÇÃO DE SANÇÕES  
 DO TCU – INDEPENDÊNCIA INSTITUCIONAL NÃO JUSTIFICA  
 AUTOALIENAÇÃO DAS ESFERAS PUNITIVAS

**Yasser Gabriel** .....289

CABE RESPONSABILIZAÇÃO DE PARECERISTA QUE NÃO  
 SEGUIR JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DO TCU? – É ÔNUS DO  
 TCU INDICAR SUA JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA COM BASE  
 EM SÓLIDA METODOLOGIA

**Juliana Bonacorsi de Palma** .....291

ACORDO DE LENIÊNCIA E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE  
 PELO TCU – PARA STF, MULTIPLICIDADE SANCIONADORA  
 NÃO PODE LEVAR AO DESCUMPRIMENTO PRÁTICO DO  
 ACORDO

**Yasser Gabriel** .....295

BOA NOTÍCIA NA APLICAÇÃO DO ART. 22 DA LINDB PELO  
 TCU? – REALIDADE DO GESTOR FOI DECISIVA EM RECENTE  
 DECISÃO DO TCU

**Gilberto Mendes C. Gomes** .....297

CONTORCIONISMOS DO PODER PUNITIVO DO TCU – INTERPRETAÇÃO DO TRIBUNAL DIFICULTA APLICAÇÃO DO §3º DO ART. 22 DA LINDB	
<b>Yasser Gabriel</b> .....	299
O CONTROLADOR MÉDIO – O PRIMO MENOS CONHECIDO DO “ADMINISTRADOR MÉDIO”	
<b>Eduardo Jordão</b> .....	301
CONTEXTO FÁTICO E CRITÉRIOS PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES PELO TCU – TCU PARECE TER DIFICULDADE DE ATENDER AO COMANDO DO §2º DO ART. 22 DA LINDB	
<b>Gabriela Duque</b> .....	303
TCU PODE DESCONSIDERAR PERSONALIDADE JURÍDICA E ESTENDER EFEITOS DA INIDONEIDADE? – TRIBUNAL DE CONTAS DESENVOLVEU RACIOCÍNIO VISANDO A EVITAR FRAUDE À SANÇÃO DE INIDONEIDADE	
<b>Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	307
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA: UM TEMA QUE MERECE MAIS ATENÇÃO DO TCU – FALTAM PARÂMETROS PARA RESPONSABILIZAR GESTORES EM CASOS DE DESCONCENTRAÇÃO	
<b>Ricardo Alberto Kanayama</b> .....	309
O PODER DISSUASÓRIO DO TCU: ENTRE RECORDES E O VAZIO – COM DIRETRIZES MAIS CLARAS, O PODER DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DE GUIAR COMPORTAMENTOS SERIA MAIS EFETIVO	
<b>André de Castro O. P. Braga</b> .....	311
COMO A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PODE INSPIRAR O TCU? – CINCO PONTOS DA NOVA LIA QUE PODEM INSPIRAR MELHORIAS NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	
<b>Ricardo Alberto Kanayama</b> .....	315

PARTE 7  
PROCESSO NO CONTROLE DE CONTAS

E SE O CONTROLADOR MUDA DE IDEIA? – TEM DE RESPEITAR O PASSADO E OS PRECEDENTES, DIZ O TCE-SP, APLICANDO A LINDB	
<b>Yasser Gabriel</b> .....	319
CONSEQUENCIALISMO, EVIDÊNCIAS E O CONTROLE PELO TCU – TRIBUNAL DEVE CONSIDERAR A LEITURA ADMINISTRATIVA DAS EVIDÊNCIAS	
<b>Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	321
A IMPORTÂNCIA DA TÉCNICA DECISÓRIA NO CONTROLE PÚBLICO – MESMO DIANTE DE ACHADOS DE AUDITORIA CONSISTENTES, A FORMA DE DECIDIR ADOTADA PELO TCU PODE CAUSAR IMPACTOS INDESEJADOS	
<b>Gustavo Leonardo Maia Pereira</b> .....	323
LIMITES AOS PODERES INDIVIDUAIS NO TCU: O PEDIDO DE VISTA E A FORÇA DO COLEGIADO – MUDANÇA REGIMENTAL DO TCU EXPLÍCITA UMA FACETA PROMISSORA DA CORTE DE CONTAS	
<b>Daniel Bogéa, Vitória Damasceno</b> .....	325
TCU TEM PRAZO PARA JULGAR CONCESSÃO DE APOSENTADORIA? – STF DECIDIU QUE SIM, MAS DEIXOU ESPAÇO PARA INTERPRETAÇÃO	
<b>Ricardo Alberto Kanayama</b> .....	327
TRIBUNAIS DE CONTAS E A PRESCRIÇÃO DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – STF APLICARÁ NOVA TESE AO TCU?	
<b>Conrado Tristão</b> .....	329

DESENVOLVIMENTO DA DISCUSSÃO ENVOLVENDO A  
PRESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO TCU NA PAUTA DO SUPREMO –  
HOUE CONSIDERÁVEL AMADURECIMENTO DESSA  
DISCUSSÃO DESDE QUE FOI INDICADA JUNTO AO STF COMO  
“PAUTA TCU” EM 2018

**Gilberto Mendes C. Gomes, Pedro A. Azevedo Lustosa** .....331  
Referências.....333

PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO NO TCU: IMPRESCRITÍVEL  
ATÉ QUANDO? – TCU PRECISA EXPLICAR POR QUE SEGUE  
APLICANDO A SÚMULA DA IMPRESCRITIBILIDADE

**André Rosilho**.....335

TCU E O ÔNUS DA PROVA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO  
SANCIONADOR – CONTRATADOS PELO ESTADO NÃO PODEM  
SER EQUIPARADOS A GESTORES PÚBLICOS

**Gilberto Mendes C. Gomes, Pedro A. Azevedo Lustosa**.....337

O TCU CONSIDERANDO AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA  
SUA DECISÃO – TRIBUNAL APLICA O ART. 20 DA LINDB PARA  
NÃO IMPOR DÉBITO A MUNICÍPIO

**Ricardo Alberto Kanayama** .....339

IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DE MINISTROS DO TCU – QUAL É  
A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SOBRE O TEMA?

**Gilberto Mendes C. Gomes, Pedro A. Azevedo Lustosa**.....341

TCU ENTRE O ‘DEVER DE UNIFORMIDADE’ E A JUSTIÇA NO  
CASO CONCRETO – FATOS SUGERIAM A NECESSIDADE DE  
REVISÃO DA JURISPRUDÊNCIA REITERADA DO TRIBUNAL  
RESOLUÇÃO 315 DO TCU: INÍCIO DE UMA REVOLUÇÃO NO  
CONTROLE? – EVIDÊNCIAS SUGEREM QUE O TCU ENTROU EM  
ROTA DE AUTOCONTENÇÃO

**André de Castro O. P. Braga** .....345

HÁ DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO TCU? – O NÃO IMPEDIMENTO DO “RELATOR RECORRIDO”	
<b>Gilberto Mendes C. Gomes, Vitória Damasceno</b> .....	349
TCU, O TRIBUNAL DRIBLADOR – TCU TEM DRIBLADO DECISÃO DO STF QUE FIXOU PRAZO PARA O JULGAMENTO DE APOSENTADORIAS	
<b>Ricardo Alberto Kanayama</b> .....	351
O PLENÁRIO DO TCU PODE LIMITAR O TEMPO DE VISTA DE MINISTRO REVISOR? – PARA AGILIZAR O JULGAMENTO DA CONCESSÃO DO 5G, O TCU FEZ INTERPRETAÇÃO HETERODOXA DO REGIMENTO INTERNO	
<b>Gilberto Mendes C. Gomes</b> .....	353
TRIBUNAIS DE CONTAS SÃO IMUNES ÀS LEIS DE PROCESSO? – NOVA LEI DE LICITAÇÕES IMPÕE PRAZO PARA DECISÃO DE MÉRITO EM CAUTELARES	
<b>Conrado Tristão</b> .....	355
DIREITO DE VISTA DO RELATOR NO TCU: CASO ELETROBRAS – PLENÁRIO AUTORIZA O PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO MESMO COM PEDIDO DE VISTA PENDENTE	
<b>Gilberto Mendes C. Gomes, Pedro A. Azevedo Lustosa</b> .....	357

## PARTE 8

### PERFIL INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO INTERNA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O STF CONTROLANDO O CONTROLADOR – ASSUMIRÁ O SUPREMO O PAPEL DE FREAR O MOVIMENTO EXPANSIONISTA DO TCU?	
<b>Eduardo Jordão</b> .....	361
TCU E A DESBUROCRATIZAÇÃO DO CONTROLE – SIMPLIFICAÇÃO DO CONTROLE É O MELHOR CAMINHO PARA APERFEIÇOAR A GESTÃO PÚBLICA	
<b>Daniel Bogéa</b> .....	363

SIMPLIFICAÇÃO DO CONTROLE PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL INCORPORA DIRETRIZES DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)	
<b>André Rosilho</b> .....	367
QUAL MINISTRO QUEREMOS PARA O TCU? – DEBATE JÁ TÍPICO NAS NOMEAÇÕES AO STF DEVE CHEGAR TAMBÉM AO TCU	
<b>Eduardo Jordão</b> .....	371
SERÁ QUE O TCU PREFERE SER TEMIDO? – EM COMUNICADO, TCU OMITE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE PESSOAL COM BASE NA LINDB	
<b>André Rosilho</b> .....	373
MUDANÇAS NO RH DO TCU: MODERNIZAÇÃO OU TREM DA ALEGRIA? – NORMA TRAZ FLEXIBILIDADE E PODE MELHORAR O CONTROLE	
<b>Gustavo Leonardo Maia Pereira</b> .....	375
TUDO O QUE O TCU QUER NESTE NATAL – ... É TER PODER DE VETO SOBRE QUEM SERÃO SEUS FUTUROS MINISTROS	
<b>Yasser Gabriel</b> .....	377
JURISPRUDÊNCIA DO CONTROLE DE CONTAS E IDENTIDADE INSTITUCIONAL DO TCU – OS PRIMEIROS VOTOS DO MINISTRO ANTONIO ANASTASIA	
<b>Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	379
SOBRE OS AUTORES.....	383